

HIPERTEXTO / ALTA CARGA TRIBUTÁRIA

De 1 ano trabalhado, 150 dias do seu salário vão para os governos. Só a partir de amanhã, o trabalhador começa a ter o dinheiro apenas para ele

IMPOSTOS

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

SUA LIBERDADE SÓ COMEÇA AMANHÃ

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

De 1º de janeiro até hoje, na hora de bater o ponto para ir embora, o brasileiro médio terá trabalhado única e exclusivamente para arcar com a carga tributária imposta por União, Estados e municípios. São 150 dias, ou quatro meses e 29 dias – lembrando que 2012 é bissexto –, um dia a mais que o registrado no ano passado. Os dados são do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Foram contabilizados todos os tributos: sobre renda, consumo e patrimônio, taxas e contribuições.

Além de evidenciar o peso dos impostos nas costas dos brasileiros, o levantamento constata que a classe média é a que proporcionalmente mais paga. Os trabalhadores com rendimento mensal entre R\$ 3 mil e R\$ 10 mil precisarão de 159 dias, até o dia 7 de junho, para quitar as contas com o Leão. A maior parte, 20,65%, vai para pagar os tributos sobre o consumo.

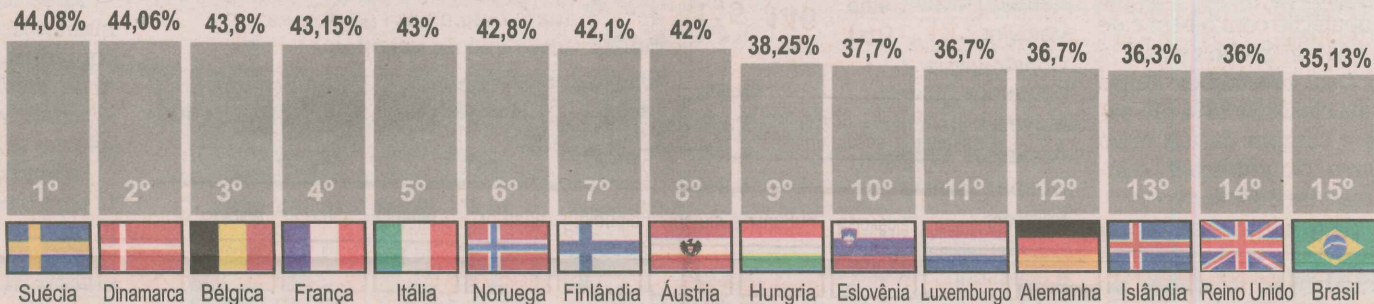
Os trabalhadores com salário acima de R\$ 10 mil fecham as contas com o Leão em 31 de maio, ou seja, em 152 dias do ano. No caso dos integrantes dessa faixa de remuneração, a maior parte dos aportes, 20,88%, vai para o pagamento dos tributos sobre a renda. A população com ganho mensal de até R\$ 3 mil precisou de 143 dias, findados no dia 22 de maio, para quitar sua parte.

“Esses números mostram como nossa tributação é injusta. A injustiça se dá quando o enfoque dos impostos está no consumo, o que está totalmente errado. O imposto que incide sobre pão é o mesmo para o pobre e para o milionário, sem qualquer tipo de diferenciação. É por esse motivo que a classe média demora mais dias para zerar a questão dos tributos. Para corrigir essa desproporção, é preciso tributar mais a renda, o lucro, o patrimônio, e diminuir as alíquotas impostas sobre os bens de consumo. Sem isso, continuaremos na mesma”, argumenta o presidente do IBPT, João Eloi Olenike.

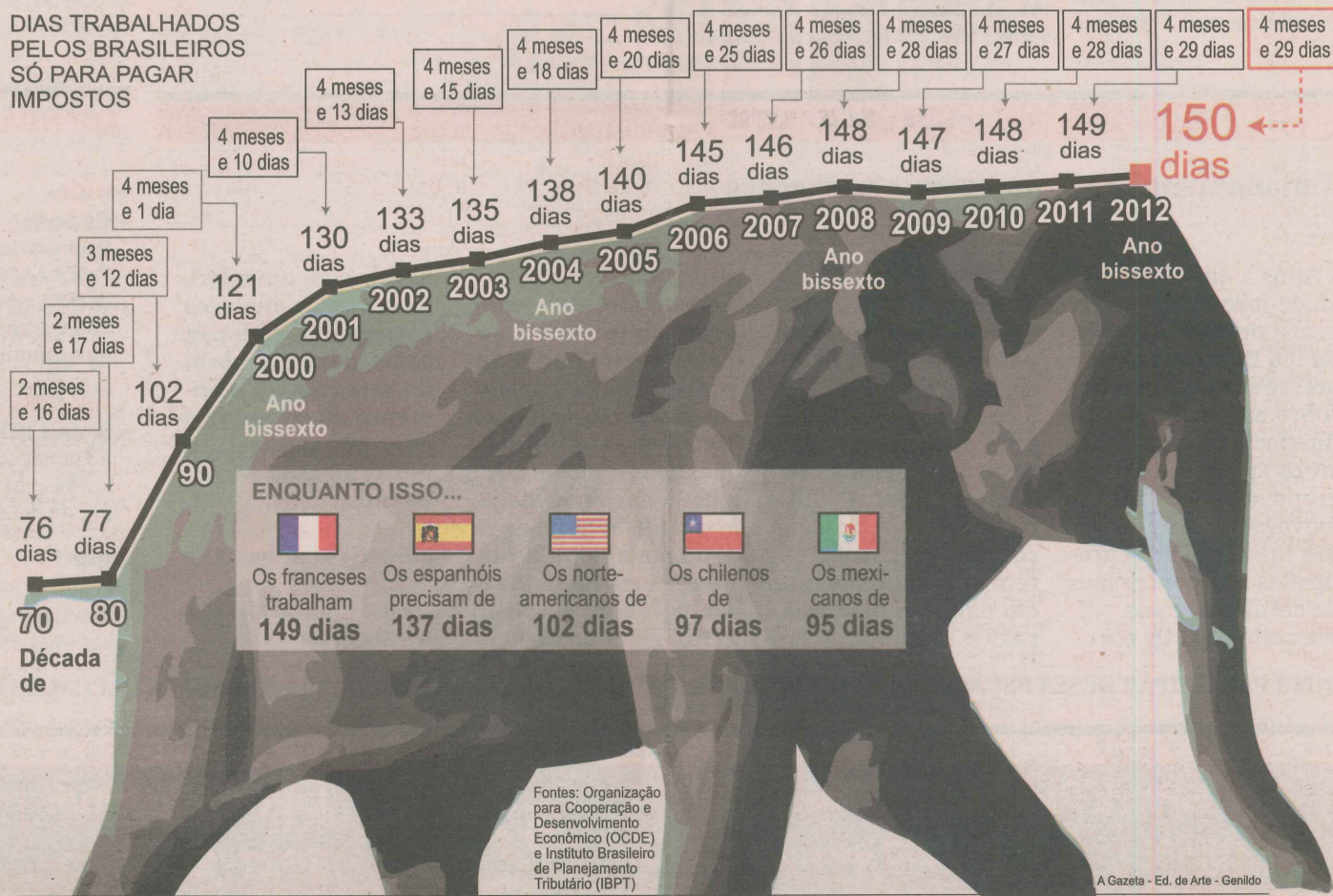
UM ELEFANTE NAS COSTAS DO BRASILEIRO

Veja como os impostos pesam no orçamento das famílias

PARTICIPAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO PIB, POR PAÍS



DIAS TRABALHADOS PELOS BRASILEIROS SÓ PARA PAGAR IMPOSTOS



Assim, mesmo trabalhando 150 dias para cobrir as despesas da Fazenda Pública, o brasileiro deve arcar com plano de saúde, escola particular, sis-

gasto e onde foram parar os 150 dias trabalhados para a Fazenda Pública.

LEONARDO CARVALHO
ADVOGADO TRIBUTARISTA

cia que o governo tem para fiscalizar o contribuinte, impondo um verdadeiro 'Big Brother', ele deveria ter para gerir os recursos públicos, para dar transparência aos gastos e para fechar os ralos da máquina”, aponta Alcazar.

Ontem de madrugada, o Impostôme-

verno ainda quer pôr fim à guerra fiscal dos Estados, também via ICMS.

“Até agora, a União está apenas simplificando o sistema, não vi nenhuma medida que vá reduzir efetivamente a carga tributária. O fim da guerra fiscal, aliás, deve provocar uma alta”, pondera Olenike.

R\$ 10 mil trabalhará até a próxima quinta-feira, dia 31 (152 dias), só para arcar com a carga tributária. Os tributos sobre a renda abocanham 20,88%.



O Impostômetro ultrapassou ontem a marca de R\$ 600 bilhões em tributos federais, estaduais e municipais pagos pelos brasileiros desde o dia 1º de janeiro

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

ANÁLISE

Transparência é o caminho

◀ O brasileiro precisou trabalhar até hoje só para pagar tributos. São 150 dias de trabalho duro para suprir os cofres de União, Estados e municípios. Perdemos para países como a Suécia. Ganhamos de França (149 dias), EUA (102 dias) e México (95 dias). O pior é que o número de dias trabalhados só aumenta com o tempo. O problema de compararmos o Brasil com países como a França e Suécia é que os serviços públicos e os investimentos em infraestrutura são diferentes. Imagina-se que um país com alta arrecadação tributária seja também um grande fornecedor de bem-estar coletivo. Não é o que parece estar acontecendo por aqui. São comuns notícias sobre ausência de atendimento médico, estarrecedor baixo nível da educação pública, deficiência da segurança pública, estradas esburacadas ou cheias de pedágios, e do famoso rombo na previdência social. Assim, mesmo trabalhando 150 dias para cobrir as despesas da Fazenda Pública, o brasileiro deve arcar com plano de saúde, escola particular, sis-

temas privados de segurança, frequentes reparos mecânicos em seus veículos e previdência privada. No Espírito Santo, a contradição é ainda maior, já que praticamente não temos um aeroporto, o traçado das BRs data de meados do século passado, quase não temos malha ferroviária e os portos recebem poucos investimentos federais. Sabemos, por outro lado, que há uma série de intervenções estatais que custam dinheiro (e muito): Bolsa-Família, PAC, pagamento de servidores e a construção de estádios para a Copa do Mundo. Muitas dessas intervenções levaram aos inegáveis avanços sociais dos últimos anos. A solução, então, seria informar, com transparência, o valor arrecadado e onde ele foi gasto. As despesas e as receitas arrecadadas de todos os órgãos públicos seriam expostas à exaustão, de modo que as pessoas comuns entendessem o quanto foi gasto e onde foram parar os 150 dias trabalhados para a Fazenda Pública.

—
LEONARDO CARVALHO
ADVOGADO TRIBUTARISTA

UM PESO QUE SÓ FAZ CRESCER

Também chama atenção o fato de a carga tributária, mesmo sendo uma das agendas mais antigas do Brasil, só aumentar de tamanho. Na década de 70, o brasileiro precisava de 76 dias para pagar todos os tributos cobrados pelas esferas de governo. Praticamente a metade dos 150 de hoje.

De uma década para outra, a de 80, a evolução foi de apenas um dia. Na década de 90, com a estabilização econômica e com o fim do chamado imposto inflacionário, o brasileiro passou a observar um avanço médio de quase um dia por ano. Em 1989, eram necessários 81 dias para o trabalhador médio arcar as contas com o governo. Dez anos depois, esse mesmo prazo saltou para 115 dias. Nos anos 2000, o Leão manteve sua fome. Em 2010, foram 148 dias só para pagar impostos, taxas e contribuições.

O estudo traz ainda uma comparação com a situação em outros países. O Brasil fica atrás apenas da Suécia, onde o contribuinte destina 185 dias para o pagamento dos tributos. Na França, são necessários 149 dias; nos Estados Unidos, 102 dias; e no México, 95 dias.

“Vivemos num Estado extremamente gastador, que exhibe um excesso de burocracia e muito pouca eficiência na hora de gerir o dinheiro do contribuinte. O resultado dessa equação é uma carga tributária que só faz aumentar”, critica José Chapina Alcazar, presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento de São Paulo e do Conselho de Assuntos Tributários da Fecomércio paulista.

“O cerne da questão tributária está no fato de nossa gestão pública, em todas as esferas, ser muito ruim. A mesma eficiência que o governo tem para fiscalizar o contribuinte, impondo um verdadeiro ‘Big Brother’, ele deveria ter para gerir os recursos públicos, para dar transparência aos gastos e para fechar os ralos da máquina”, aponta Alcazar.

Ontem de madrugada, o Impostôme-

tro da Associação Comercial de São Paulo alcançou a marca de R\$ 600 bilhões em tributos federais, estaduais e municipais pagos pelos brasileiros desde o dia 1º de janeiro. O montante foi atingido três dias mais cedo que no ano passado. Segundo a entidade, 2011 terminou com um total de R\$ 1,5 trilhão em tributos pagos, recorde desde a criação do Impostômetro, em 2005. Para este ano, a previsão é de que a arrecadação chegue a R\$ 1,6 trilhão.

REFORMA DESALENTADORA

Na última sexta-feira, o Ministério da Fazenda e a Receita Federal encaminharam à presidente Dilma Rousseff a proposta de uma ampla reforma em dois dos mais complexos tributos cobrados no país: as Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Programa de Integração Social (PIS). Ela prevê a unificação da Cofins e do PIS. A fusão dará origem a uma nova contribuição, que terá uma sistemática de cobrança mais simples.

O governo alega que as modificações trazem vantagens para as empresas e também para o Fisco. A alteração exige apenas uma lei ordinária e pode ser feita por medida provisória (MP). O governo ainda não decidiu se o sistema cumulativo será ou não mantido após a fusão dos dois tributos. O que já está certo é que serão preservadas todas as desonerações de PIS-Cofins que o governo concedeu nos últimos anos.

Com a mudança, a presidente pretende dar mais um passo importante na sua estratégia de reformar o sistema tributário em fatias. O primeiro passo foi dado no final de abril, quando o Senado aprovou a unificação em 4% da alíquota do ICMS cobrada sobre produtos importados em operações interestaduais. O governo ainda quer pôr fim à guerra fiscal dos Estados, também via ICMS.

“Até agora, a União está apenas simplificando o sistema, não vi nenhuma medida que vá reduzir efetivamente a carga tributária. O fim da guerra fiscal, aliás, deve provocar uma alta”, pondera Olenike.

CLASSE MÉDIA

O cálculo do IBPT mostra que a carga tributária pesa mais em cima da classe média, para os que têm renda entre R\$ 3 mil e R\$ 10 mil mensais.

▼ Média

O brasileiro trabalhou até hoje apenas para pagar tributos. São 150 dias. Os tributos sobre o consumo abocanham 23,24% da renda média do brasileiro.

▼ Até R\$ 3 mil

Quem tem um rendimento mensal de até R\$ 3 mil precisou trabalhar 143 dias, ou até o dia 22 de maio, só para pagar impostos. Os tributos sobre o consumo abocanham 23,24% da renda desta fatia da população.

▼ De R\$ 3 mil a R\$ 10 mil

Os que ganham entre R\$ 3 mil e R\$ 10 mil precisarão de 159 dias, ou até 7 de junho, para quitar sua parcela nos impostos; 20,65% são de tributos sobre o consumo.

▼ Acima de R\$ 10 mil

Quem ganha mais de R\$ 10 mil trabalhará até a próxima quinta-feira, dia 31 (152 dias), só para arcar com a carga tributária. Os tributos sobre a renda abocanham 20,88%.